

TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA

O mercado exige a ausência do Estado em tempos de prosperidade e sua onipresença benevolente na crise para evitar a derrocada de suas ondas criativas

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO





Os liberais querem resolver as contradições da democracia capitalista contemporânea obrigando o Estado a deixar de se intrometer nos assuntos econômicos. Cinismo. La Rochefoucauld, o moralista do século XVII, dizia que a hipocrisia é a homenagem que o vício concede à virtude. Já o cinismo é a vassalagem que a virtude presta ao vício.

Hoje em dia, como o demonstra à saciedade a crise da finança global, são os mercados que se intrometem no Estado. Exigem a sua ausência nos tempos de prosperidade e a onipresença na crise, sobretudo a prestação de socorro tempestivo e incondicional para impedir a derrocada coletiva provocada por sua “liberdade” e “criatividade”.

OPOSIÇÕES APARENTES. A oposição entre intervencionismo e não intervencionismo padece do vício das oposições excluídas do tipo “isto ou aquilo”. Estado e Mercado não são duas perspectivas incompatíveis que se chocam e se excluem na ontologia do “econômico”. Como diz Slavoj Žižek no livro *The Parallax View*, trata-se da unidade entre uma perspectiva, a do mercado desregulado, e do que a desmascara, a perspectiva do Estado protetor. A “outra” perspectiva preenche o vazio do que não pode ser percebido a partir da primeira.

Essa interseção das instâncias esteve sempre presente nas diferentes configurações históricas do capitalismo, desde o mercantilismo até a sua etapa atual, hiperindustrial na periferia emergente e pós-industrial no Centro. Não por acaso, a definição do regime chinês se debate entre o “capitalismo de Estado” e o “socialismo de mercado”.

A decretação do fim da política e sua submissão ao mercado é falsa. No capitalismo de hoje, o econômico é constituído pela política da grande empresa, do capital financeiro e do *mass-mídia*. No mundo da rivalidade entre

grandes empresas e da febre de fusões e aquisições, é inevitável a mediação do Estado nas disputas entre os competidores privados, sob pena da desestruturação dos mercados. É o que vemos na compra da Yahoo pela Microsoft.

CLASSES E ESTADO. O Estado se dilacera, tensionado entre o movimento dessa estrutura de poder e as reivindicações dos direitos econômicos e sociais pelos cidadãos. No livro *What Does the Ruling Class Do When It Rules?*, pouco conhecido, mas fundamental para o entendimento das relações de poder e de dominação no capitalismo contemporâneo, Göran Therborn mostra a interseção de perspectivas.

Na Europa dos séculos XIX e XX, a consciência dos direitos moveu a luta dos subalternos e transformou o Estado numa instância de “totalização das relações sociais”. Suas intervenções realizam a mediação entre as classes e entre os membros individuais das diferentes classes, ou seja, no âmbito da concorrência.

O avanço da “totalização das relações sociais” pode ser avaliado de forma mais clara pelo grau de independência adquirido pelos procedimentos judiciais diante do poder material da camada dominante. Diz Therborn: “a aplicação da lei pode criar embaraços para os fundamentos materiais da dominação”.

Ondas de reivindicação atravessam os países de tempos em tempos, como um soluço democrático. Hobsbawm tem razão ao afirmar que hoje somos todos democratas, ainda que a interpretação dos fatos – a única “realidade existente” – não transite mais pelo debate político mediado pelos partidos, mas sim pela homogeneização produzida pela política da grande empresa e pelos meios de comunicação de massas “mercantilizados”.

